

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número / XVII (1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Acesso aos apoios para a reconstrução dos bens de portugueses residentes no estrangeiro destruídos pelas tempestades

Destinatário:Primeiro-Ministro

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na necessidade de dar resposta à enorme tragédia que se abateu sobre o país devido à passagem devastadora de tempestades com fortes ventos e chuvas, é normal que se estabeleçam prioridades na intervenção do Estado para apoiar famílias e empresas, no contexto da declaração de calamidade decretado pelo Governo.

Aqueles que têm as suas vidas no país, as suas casas e empresas, precisam de uma ajuda imediata, para que possam regressar tão rápido quanto possível à normalidade.

Portugal, porém, tem uma vasta diáspora com fortes ligações ao país, onde têm família, habitação e investimentos. O facto de não viverem permanentemente no país não justifica que sejam discriminados numa altura de tragédia tão difícil de suportar, com enormes custos pessoais e emocionais. A sua ligação afetiva ao país é muito intensa e o seu contributo para o desenvolvimento do país é inestimável, não apenas pelo valor extraordinário das remessas, mas acima de tudo pelos investimentos, pela solidariedade, pelo que gastam quando estão presentes, pela promoção que fazem de Portugal, pelo apoio que dão aos familiares que ficam e às freguesias e concelhos de origem. Numa palavra, por serem também portugueses.

Muitos vieram a Portugal à pressa para salvar os seus bens e reparar os estragos causados pelas tempestades. Também ajudaram os seus vizinhos e houve até casos de empresas que se deslocaram com os seus trabalhadores para ajudar no esforço de reconstrução. Os portugueses têm sido um fator muito relevante de solidariedade, angariando bens e dinheiro para acudir às populações, tal como sempre acontece quando ocorre alguma catástrofe natural, mobilizando ajuda para acudir às populações afetadas.

Mas o Governo esqueceu-se deles, mais uma vez, no conjunto de apoios aprovados para as populações e empresas afetadas pelos temporais, tal como aconteceu no verão passado, quando foram definidos os apoios para a reconstrução das casas e propriedades atingidas pelos incêndios. De resto, o Partido Socialista deu um contributo que o Governo poderia humildemente levar a sério para acudir de maneira mais eficaz às populações em dificuldades, pedindo que fosse feito um acompanhamento às comunidades emigrantes na preservação e reabilitação de património afetado.

Trata-se de uma manifesta insensibilidade e incompreensão do que representam para o nosso país os portugueses residentes no estrangeiro e daquilo que sempre esperam de Portugal, onde um dia muitos esperam voltar.

Por isso, importa saber por que razão o Governo excluiu dos apoios os portugueses residentes no estrangeiro e, mais do que isso, apelar a que reconsidere e os inclua no acesso a apoios para a reconstrução das casas e propriedades.

Assim, no respeito pelos preceitos legais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinado pedem ao Primeiro-ministro que responda às seguintes questões:

1 – Por que razão o Governo discrimina os portugueses residentes no estrangeiro no acesso aos apoios para a reconstrução das suas propriedades?

2 – Pondera o Governo reconsiderar e vir a apoiar numa fase posterior também os portugueses residentes no estrangeiro para reconstruir as suas casas e propriedades?

Palácio de São Bento, 11 de Fevereiro de 2026

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS CARNEIRO(PS)
EURICO BRILHANTE DIAS(PS)
JOÃO TORRES(PS)
CATARINA LOURO(PS)
ELZA PAIS(PS)
PEDRO DELGADO ALVES(PS)
EDITE ESTRELA(PS)
EVA CRUZEIRO(PS)
LUÍS DIAS(PS)
ROSA ISABEL CRUZ(PS)
PORFÍRIO SILVA(PS)